

Desenvolvimento, Mercado de Trabalho e Distribuição de Renda -  
diferenças entre o Norte e o Sul da América Latina  
entre 1990 e 2010\*

*Development, Labor Market and Income Distribution - differences  
between Northern and Southern Latin America between 1990 and 2010*

*Desarrollo, Empleo y Distribución del Ingreso - diferencias  
entre América del Norte y América del Sur entre 1990 y 2010*

---

Maria Cristina Cacciamali\*\* e Eduardo Luiz Cury\*\*\*

---

RESUMO

*Este artigo analisa as repercussões sobre o mercado de trabalho dos modelos de acumulação das regiões Sul e Norte da América Latina – exportadora de commodities com maior intervenção do Estado, e secundária exportadora de baixos salários, respectivamente. Os autores comparam o desempenho econômico das duas regiões, enfatizando os salários e a distribuição de renda. E, concluem que o modelo econômico da região Sul produziu resultados mais consistentes sobre a geração de emprego formal, aumento de salário e distribuição de renda.*

*Palavras-chave: América Latina. Modelos de acumulação. Diferenças no mercado de trabalho. Distribuição de renda na América Latina.*

ABSTRACT

*This article analyzes the growth models of southern and northern regions of Latin America – an exporter of commodities with greater state intervention, and secondary exporter of low wages, respectively, and repercussions on their corresponding labor markets. The authors compare the economic performance of both regions with an emphasis on wages and income distribution,*

---

\* Os autores agradecem a Genaro Aguilar (UNT, México; FEA/PROLAM - USP), Fábio Tatei (FIPE; PROLAM-USP; NESPI-USP/CNPq), André Campos (IPEA; PROLAM/NESPI-USP/CNPq), Maria de Fátima José-Silva (UNIFESP; NESPI-USP/CNPq) e Tânia de Toledo Lima (UFSCar; NESPI- USP/CNPq) pelas discussões empreendidas ao longo deste trabalho. Agradecem também a Alicia Girón (IIE/UNAM) pela oportunidade de discutir em profundidade o desenvolvimento da presente pesquisa enquanto esta se encontrava em andamento.

\*\* Doutora e livre-docente em Economia pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil. Pós-doutoranda pelo Massachusetts Institute of Technology e University of New Mexico. Pesquisadora sênior do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq). Professora titular do Departamento de Economia da FEA/USP e do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM) na mesma universidade. E-mail: cciamali@uol.com.br

\*\*\* Graduando em Economia na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), São Paulo, São Paulo, Brasil. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas de Política Internacional, Estudos Internacionais e Políticas Comparadas (NESPI) na mesma universidade. E-mail: eduardo.luiz.cury@usp.br  
Artigo recebido em janeiro/2013 e aceito para publicação em fevereiro/2013.

*and concluded that the economic model in the southern region has produced more consistent results in terms of formal employment, salary increases and income distribution.*

*Keywords: Latin America. Growth models. Differences between Northern and Southern labor markets. Income distribution in Latin America.*

## RESUMEN

*En este artículo se analiza el impacto de los modelos de crecimiento sobre los mercados de trabajo del sur y norte de América Latina. El primero, primario exportador, con intervención estatal distributiva; el segundo, secundario exportador de bajos salarios. Los autores comparan los resultados económicos de las dos regiones, enfatizando los salarios y la distribución del ingreso. Llegan a la conclusión de que el modelo económico de la región sur produjo resultados más consistentes en la generación de empleos formales, aumento de salarios reales y distribución del ingreso.*

*Palabras clave: América Latina. Modelos de crecimiento. Diferencias entre mercados laborales del sur y del norte. Distribución de ingreso en América Latina.*

## INTRODUÇÃO

Estudos sobre a situação econômica e social da América Latina, nas últimas duas décadas, destacam as diferenças entre o padrão de desenvolvimento dos países do Norte e aquele dos países do Sul da região. Por conseguinte, trazem à tona a análise das disparidades entre as duas regiões da composição da taxa de crescimento econômico e do perfil do mercado de trabalho. Enquanto os países do Norte (México e Caribe) obtiveram melhor desempenho econômico na década de 1990, os países do Sul (América do Sul) se saíram melhor na década posterior. A explicação para tal comportamento reside na inserção econômica de cada região na economia mundial, no padrão de desenvolvimento concretizado e seus desdobramentos (CACCIAMALI; JOSÉ-SILVA, 2005).

Desde meados dos anos 1980, os governos do Norte da região realizaram reformas econômicas e construíram um modelo centrado na produção e exportação de manufaturados, seguindo o modelo de agregação de componentes (*maquila*) e baixos custos de mão de obra. O destino eram os mercados dinâmicos dos países centrais do Norte, sobretudo o mercado dos Estados Unidos, cuja economia apresentou, durante a década de 1990, forte expansão do consumo privado.<sup>1</sup>

Os governos dos países latino-americanos do Sul, sobretudo depois dos anos 1990, seguiram modelo econômico diverso. De um lado, concentraram suas exportações em *commodities*, cujos mercados são tradicionalmente menos dinâmicos, e assim foram nos anos 1990. De outro lado, efetuaram programas econômicos, trabalhistas e sociais, aderentes ao ambiente político de cada país, com vistas à expansão dos respectivos mercados domésticos. Este período, no entanto, caracterizou-se, para a maioria dos países do Sul, pela aplicação de reformas econômicas de ajuste orçamentário e patrimonial, privatizações de empresas públicas e outras ações de liberalização econômica, e políticas de estabilidade de preços, de cunho estritamente monetarista. O único governo que escapou deste receituário, na década de 1990, foi o chileno, que realizara tais reformas desde o fim dos 1970. Este pacote de política econômica, denominado na literatura de “neoliberal”, estabilizou os índices inflacionários, mas jogou a economia dos países do Sul em ciclos deflacionários – alta instabilidade, redução ou contração do nível da demanda agregada, mudanças e contração na estrutura produtiva, elevação do índice de desemprego, e queda de renda real, entre outros.

O PIB da América do Sul, entre 1990 e 2000, cresceu em média 3,3% a.a., enquanto o PIB da região Norte, no mesmo período, cresceu em média 4,5% a.a., apesar da crise financeira do México em 1995.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> O termo “centro/periferia” está sendo utilizado no sentido cepalino, ou seja, a relação entre países industrializados e aqueles exportadores de *commodities*, estes últimos profundamente heterogêneos em sua estrutura econômica e social, e dependentes da dinâmica dos primeiros.

<sup>2</sup> BANCO MUNDIAL. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/>>. Acesso em: 14 set. 2012.

A inflexão do desempenho entre o Norte e o Sul da região ocorreu na virada de século, com a realocização de plantas industriais da região para o leste da Ásia, e com a redução do consumo estadunidense que travou a expansão industrial da região latinoamericana do Norte. O dinamismo da região Sul acelerara-se neste período, em virtude da multiplicidade de parceiros comerciais, da elevação das exportações de *commodities*, sobretudo para a China, e do desempenho do mercado interno como forte componente da demanda agregada. Ademais, o crescimento econômico do Sul foi acompanhado da diminuição do índice de desigualdade de renda familiar. E, para além dos determinantes econômicos, contribuiu para o padrão de crescimento econômico com distribuição de renda e mudanças políticas na maioria dos países da região. Os partidos que assumiram os governos preconizaram e seguiram políticas, programas e medidas redistributivas.

Entre 2000 e 2010, segundo dados do Banco Mundial, o crescimento médio anual do PIB foi, para a Argentina, Brasil e Chile, respectivamente de 4,08%, 3,67% e 3,81%, enquanto o México obteve o crescimento médio de 2,29% a.a., no mesmo período. O crescimento do PIB *per capita* naquela década, a preços de dólares norte-americanos de 2000, apontara o desempenho notadamente superior das economias do Sul nesse período. A Argentina obteve crescimento de 29,1%; o Brasil, de 19,3%, e o Chile, de 24,6%, contrastando com as economias do Norte – por exemplo, o crescimento do PIB *per capita* do México para o mesmo período foi de 1,2%.<sup>3</sup>

Este artigo foi organizado em cinco seções, além desta introdução e das considerações finais. As três primeiras tratam das características do modelo econômico das duas regiões – Norte e Sul da América Latina –, da reversão das taxas de crescimento econômico entre essas duas regiões no período 1990-2010, e das consequências sobre os respectivos mercados de trabalho. As seções 4 e 5 abordam teórica e empiricamente a desigualdade social da América Latina, enfatizando a redução dos índices de pobreza e diminuição do grau de desigualdade da distribuição de renda no período, ambos acompanhados, principalmente na região Sul, de crescimento econômico.

## 1 DINAMISMO ECONÔMICO NA AMÉRICA LATINA

Os países do Norte da América Latina (México, Centro-América e parte do Caribe) obtiveram melhor desempenho econômico e do mercado de trabalho do que aqueles da América do Sul durante a década de 1990.<sup>4</sup> A explicação para o maior dinamismo econômico do Norte da região derivou da ampliação do setor industrial, seja sob a forma de maquila, denominada na literatura de “simples” no Caribe, ou de “complexa” no México. O sucesso desse modelo – secundário exportador de baixos salários – foi alcançado por meio de exportações crescentes para os

---

<sup>3</sup> BANCO MUNDIAL. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/>>. Acesso em: 14 set. 2012.

<sup>4</sup> Cacciamali e José-Silva (2005), em consonância com a disponibilidade de dados, utilizam a seguinte divisão dos Estados Nacionais entre Norte e Sul da América Latina: República Dominicana, Honduras, El Salvador, Costa Rica, Guatemala e México constituem-se no Norte; e Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela compõem o grupo dos países do Sul.

Estados Unidos, cujo consumo de produtos manufatureiros cresceu de forma continuada na década de 1990. Assim, o produto industrial dos países do Norte da América Latina cresceu a uma taxa média de 4,77% a.a. nos anos 1990, o que levou à taxa mediana de crescimento anual do emprego total de 3,6% a.a., do emprego industrial de 4,3% a.a., e do emprego assalariado de 4,2% ao ano. Complementando o quadro, o emprego público decresceu 6,95 pontos percentuais, haja vista a diminuição do tamanho do Estado, seguindo as diretrizes do modelo neoliberal posto em andamento para a região.

O ambiente econômico dos anos 1990 foi adverso para as economias sul-americanas. Três características principais estagnaram o crescimento econômico da região: a demanda internacional insuficiente para manter o volume e preços das *commodities*; a instabilidade macroeconômica mundial devido às crises financeiras em países emergentes; e a administração da política macroeconômica que sustentou a estabilidade de preços à custa da contenção das atividades econômicas e da criação de empregos. O baixo dinamismo da economia dos países da América do Sul se manteve até o início dos anos 2000. Outros fatores reforçaram a estagnação da economia, a saber, instabilidade econômica e política internacional, e problemas políticos de determinados países da região. Entre os primeiros destacamos o ataque às torres gêmeas de 11 de setembro de 2001, a guerra do Iraque e do Afeganistão, a recessão nos Estados Unidos e a perda de credibilidade das grandes empresas francesas e norte-americanas que falsearam informações de balanços. Esses fatores reduziram o ingresso de capitais na região e contribuíram para a queda de preço das *commodities*, com exceção do petróleo. Entre os problemas regionais, ressaltamos a derrocada econômica argentina e o agravamento da narcoguerrilha colombiana.

Os países do Sul, além disso, foram atingidos duramente pelas crises financeiras do segundo lustro da década de 1990: México (1995), países do sudeste e leste asiático (1997) e Rússia (1998), bem como pela decorrente desvalorização da moeda brasileira em 1999. A crise financeira da Ásia induziu a dois efeitos: desvaloriza as moedas dos países asiáticos aumentando a competitividade de suas exportações com relação àquelas dos países latino-americanos; e introduz instabilidade financeira nos movimentos de capitais de curto prazo na região, situação que é acirrada pela crise russa e pela crise bancária do Japão (1998). A desvalorização cambial brasileira afetou os países do Mercosul, por meio da diminuição das exportações da Argentina e Uruguai para o Brasil, acarretando recessão econômica nesses dois países.

A instabilidade macroeconômica dos países do Sul entre 1990 e 1999 se refletiu sobre os mercados de trabalho dos países da região, que, em conjunto, apresentaram a taxa de crescimento de 1,9% a.a. para o emprego total, -0,1% a.a. para o emprego industrial e 1,8% a.a. para o emprego assalariado, indicadores bem inferiores aos apresentados pelos países do Norte no mesmo período (tabela 1). Diversamente das economias do Norte, o emprego industrial no Sul contribuiu negativamente (-0,6% a.a.) para o crescimento do emprego total, e o emprego público reduziu-se em -2,3% a.a. em consonância com o ordenamento liberal predominante à época (CACCIAMALI; JOSÉ-SILVA, 2005, p.10).

TABELA 1 - INDICADORES DE EMPREGO E PRODUTO INDUSTRIAL NA DÉCADA DE 1990 - TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO AO ANO

INDICADORES	TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO AO ANO (%)	
	Norte <sup>(1)</sup>	Sul <sup>(2)</sup>
Produto Industrial	4,77	0,43
Emprego Total	3,60	1,90
Emprego Industrial	4,30	-0,10
Emprego Assalariado	4,20	1,80
Emprego Público <sup>(3)</sup>	-4,25	-2,30

FONTE: Adaptado de Cacciamali e José-Silva (2005)

(1) República Dominicana, Honduras, El Salvador, Costa Rica, Guatemala e México.

(2) Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

(3) Para o Norte, dados disponíveis apenas para Costa Rica, Honduras e México.

## 2 CAUSAS DA REVERSÃO DO DESEMPENHO ECONÔMICO

A aceleração do comércio mundial nos anos 2000, e especialmente a prevalência da China, que se transformara no primeiro *player* do comércio mundial e no principal parceiro da América do Sul nas transações mundiais, levaram à inflexão, entre 1990 e 2000, do desempenho econômico das regiões Norte e Sul da América Latina.

O planejamento central chinês, complementado, desde a década de 1970, por práticas de mercado, utilizou capital e tecnologia estrangeiros para impulsionar um vigoroso processo de industrialização. O tamanho potencial do mercado asiático, a elevada oferta de trabalho chinesa e as possibilidades de exportação atraíram investimentos diretos estrangeiros procedentes dos países centrais. Os vários níveis de governo daquele país regularam o fluxo migratório do campo para as cidades; mesmo assim, os salários reais urbanos mantiveram-se baixos e reafirmaram o seu papel na manutenção da competitividade das manufaturas de exportação.

Planejamento central, ampla formação de mão de obra qualificada e a sustentação de elevados níveis de competitividade permitiram acelerado *catch up* tecnológico na indústria, que rapidamente passou da manufatura de baixa densidade tecnológica para aquela de alta complexidade. Em 2007, a China inseriu-se como principal exportador e o segundo importador de mercadorias da economia mundial.<sup>5</sup>

Esse novo desenho da divisão internacional do trabalho ratificou o papel de exportadores de *commodities* dos países do Sul da América e confirmou a associação dos países da América Latina do Norte, como México, República Dominicana, El Salvador e Costa Rica, à economia estadunidense. É importante ressaltar que a crescente interdependência entre China e América do Sul significa, para alguns, uma volta à desindustrialização, à medida que, enquanto se exportam *commodities*, a indústria permanece em segundo plano para a política econômica, e se importam crescentemente produtos de maior valor agregado (CUNHA; LÉLIS; BICHARA, 2012, p.30).

<sup>5</sup> Informações extraídas de *World Trade Organization*. Disponível em: <<http://stat.wto.org/CountryProfile/WSDBCountryPFView.aspx?Language=E&Country=CN>>. Acesso em: 17 dez. 2012.

Ademais, observa-se perda de densidade tecnológica em setores manufatureiros dos países da região Sul, o que poderá levá-los a uma “redução de dinamismo futuro por sacrificar a capacidade de gerar inovações e incorporar mão de obra mais qualificada ao processo produtivo” (CACCIAMALI; BOBIK; CELLI JÚNIOR, 2011, p.104), induzindo à geração de um perfil de emprego de baixa qualidade e, pior, promovendo um equilíbrio de bem-estar de baixa qualidade.

O desempenho econômico dos anos 2000 na América Latina incidiu sobre o comportamento do mercado de trabalho da região e reverteu a composição, *status* e renda do emprego entre o Norte e o Sul.

### 3 CONSEQUÊNCIAS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO

Nos anos 2000, a redução da demanda por produtos manufaturados dos Estados Unidos causou desaceleração dos indicadores de desempenho macroeconômico do Norte da América Latina. O produto industrial daqueles países cresceu a uma taxa média de 2,3% a.a. durante a década de 2000, com crescimento do emprego industrial a uma taxa média de 0,75% a.a., o que elevou o emprego total a uma taxa de crescimento médio de 2,57% a.a. e aumentou o emprego assalariado à média de 2,91% a.a. No Sul, nesse mesmo período, o produto industrial teve crescimento de 2,61% a.a., com crescimento do emprego industrial a uma taxa média de 2,01% a.a., alavancando o emprego total à média de 2,76% a.a., e o emprego assalariado à média de 3,1% a.a. (CEPAL, 2010, p.307).

O modelo secundário exportador do México evidencia-se na década na medida em que a abertura comercial do país ultrapassou 70% do PIB, em 2005. Cerca de 80% das exportações e 48% das importações mexicanas, segundo dados da Organização Mundial do Comércio (OMC), têm como destino e origem, respectivamente, os EUA.<sup>6</sup> O pequeno crescimento do PIB *per capita* e o aumento do desemprego – ainda que se mantenha baixo<sup>7</sup> – revelam a forte dependência da economia do país à economia norte-americana, que demandou, desde o “11 de setembro”, menos exportações, situação que se acirrou com a crise financeira de 2008.

Historicamente a ocupação no setor informal representa grande parte do emprego no mercado de trabalho latinoamericano.<sup>8</sup> Na América do Sul, em 1990, o setor informal absorvia em torno de 40% da população ocupada em 4 dentre 7 países, enquanto os outros 3 países absorviam cerca de 50% (CACCIAMALI; JOSÉ-SILVA, 2005). Na região Norte, no mesmo ano, observava-se comportamento similar.

<sup>6</sup> Informações extraídas de *World Trade Organization*. Disponível em: <<http://stat.wto.org/Home/WSDBHome.aspx?Language=E>>. Acesso em: 17 dez. 2012.

<sup>7</sup> O setor informal no México é amplo e ocupa parte da população economicamente ativa com renda próxima de zero ou igual a zero. Este é um dos motivos por que a taxa de desemprego é muito baixa ante os demais países da região.

<sup>8</sup> Para o Brasil, tem-se como referência: THEODORO, Mário. As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil. In: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. E, para a Argentina: VACCAREZZA, Federico. **Políticas de Desarrollo Industrial en la Argentina** (1940-2001) - *Desde la sustitución a la apertura*. Buenos Aires: CAEI, 2012.

O setor informal do México e da Costa Rica absorvia por volta de 40%, enquanto em Honduras absorvia pouco mais de 50%. Apesar do melhor desempenho econômico, a região Norte também obteve aumento da informalidade nos anos 1990 (OIT, 2001-2010).

No Sul, a expansão do setor informal foi mais expressiva nos anos 1990. Apenas a Argentina foi exceção, pois a porcentagem de ocupados naquele setor diminuiu em -2,7 pontos percentuais. Os demais países do Sul mostraram expansão, dentre os quais Peru e Venezuela apresentaram os maiores aumentos, 9,9 e 12 pontos percentuais, respectivamente. Os motivos principais para tal comportamento relacionaram-se à instabilidade da taxa de crescimento econômico, deslocalização das atividades econômicas para regiões sem organização sindical e desorganização institucional do mercado de trabalho frente às propostas de desregulamentação daquele mercado, que desembocaram na aprovação de reformas laborais, muitas delas radicais, como na Argentina e Peru. Esse conjunto de mudanças, associado à elevada volatilidade do nível de atividade dos anos 1990, incentivava a contratação informal.<sup>9</sup>

O crescimento dos anos 2000, ao contrário da década anterior, gerou empregos formais em 9, entre 14 países da região, sobretudo na região Sul em relação à região Norte. Nesta última região apenas 1 dentre 5 países mostrou aumento na ocupação formal, a saber, Costa Rica, com aumento de 2,1 pontos percentuais (OIT, 2001-2010).

No Sul, diferentemente, 7 entre 9 países ampliaram os empregos formais, exceções feitas à Colômbia e Paraguai. A redução do setor informal nos países do Sul, todavia, ainda não foi suficiente para apontar uma diminuição expressiva da ocupação desse setor na região e, portanto, não foi capaz de alterar estruturalmente o mercado de trabalho da região. Em 2009, o setor informal absorvia mais de 40% dos ocupados em 8 dentre 9 países do Sul, sendo o Chile a única exceção. No Norte, apenas 1 entre 5 países absorvia menos que 40% do total de ocupados no setor informal, a Costa Rica.

Na década de 1990, além de manter ou aumentar o peso da ocupação do setor informal, a falta de dinamismo econômico da região latino-americana, principalmente da América do Sul, implicou aumento da taxa de desemprego para a maioria dos países. Todos os países do Sul terminaram a década de 1990 com taxas de desemprego superiores a 7%. Argentina, Uruguai, Colômbia e Venezuela foram os países em que a taxa de desemprego mais se elevou, evidenciando a instabilidade do crescimento econômico do período provocada por causas econômicas e políticas internas – transição rumo a uma economia mais aberta e competitiva nos dois primeiros países; crise causada pelo narcotráfico na Colômbia; crise política na Venezuela –,

---

<sup>9</sup> Adotamos a definição de emprego informal utilizada pela OIT após o décimo sétimo CIET, em que possuem relação de emprego informal: empregadores proprietários de unidades produtivas no setor informal e trabalhadores por conta própria, trabalhadores em ajuda a membro do domicílio e assalariados, cuja relação de trabalho está à margem da legislação trabalhista nacional e da proteção social, membros de cooperativas de produtores informais e trabalhadores que produzem bens para o próprio uso.

bem como por causas externas (crises financeiras mundiais). Nos países do Norte, contudo, o crescimento econômico se manteve pelas exportações para os Estados Unidos, houve redução da taxa de desemprego, e a economia mexicana, por exemplo, encerrou a década de 1990 com taxa de desemprego de 2,5%, baixa para os padrões do país.<sup>10</sup>

A taxa de desemprego nos anos 2000 corrobora a inflexão econômica ocorrida, diminui no Sul e aumenta no Norte. Durante o primeiro lustro da década, o Sul foi marcado por altas taxas de desemprego, devido a situações de crise econômica no final dos anos 1990 (Argentina) e início dos anos 2000 (Brasil, Colômbia e Uruguai), mas encerrou a década com taxas abaixo de dois dígitos, com exceção da Colômbia.<sup>11</sup>

O desempenho positivo do setor industrial nos países do Norte na década de 1990 acarretou, conforme visto anteriormente, impacto positivo sobre o emprego, mas teve pouco efeito sobre os salários. No México, os salários reais aumentaram cerca de 4% durante a década. O baixo crescimento pode ser atribuído pelo menos a três aspectos: modelo secundário exportador no qual um dos incentivos explícitos pela política econômica consistia na manutenção de baixos salários; uma entre outras consequências do modelo, a desorganização sindical; e a ausência de políticas laborais na busca de elevação do salário mínimo, dos salários-base das categorias profissionais, ou de elevação dos salários de reserva.<sup>12</sup>

Os países do Sul, por outro lado, em conformidade com a sua estagnação econômica dos anos 1990, regrediram ou evoluíram modestamente (-13,6% na média da década). No Brasil, por exemplo, a redução atingiu mais intensamente os empregados formais do setor não agrícola privado, o salário real deste grupo diminuiu -20% entre 1995 e 2004, enquanto, no mesmo período, a queda foi de -9% entre os empregados não registrados do setor não agrícola privado (CACCIAMALI, 2008, p.94). Na década seguinte, os salários reais aumentaram sensivelmente no Sul, não apenas pelo bom desempenho econômico, mas também devido às distintas intervenções públicas complementares para elevar os salários de base, tais como a política ativa de salário mínimo, o aumento do valor das transferências de renda, que elevou o salário de reserva dos menos qualificados, e as demandas sindicais. Acrescenta-se aos fatores citados o maior acesso aos distintos níveis do sistema escolar, que elevou a oferta de trabalhadores qualificados e diminuiu os diferenciais de salários entre esse grupo e os menos qualificados, bem como estreitou esse diferencial entre outras subdivisões, por exemplo, entre homens e mulheres, e entre distintas etnias e cores de pele.

<sup>10</sup> A economia mexicana mostra peculiaridade no que concerne à configuração do desemprego e sua relação com o setor informal. Parte dos ativos encontra-se no setor informal, estabelecida como trabalhador por conta própria ou proprietário de micronegócio auferindo rendimento muito baixo ou igual a zero. Consulte-se, entre outros, CACCIAMALI, Maria Cristina, 2001. Para os dados, Banco Mundial. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

<sup>11</sup> Banco Mundial. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

<sup>12</sup> No caso do México, por exemplo, a liberalização comercial e a realocização industrial provocaram forte retração dos salários nos anos 1980; na década seguinte a recuperação do salário médio industrial foi solapada pela crise de 1995; em seguida, o ataque às torres gêmeas de 2001 e suas decorrências criaram restrições. Dentre os países do Norte, apenas a Costa Rica apresentou continuado crescimento dos salários médios industriais (CACCIAMALI; JOSÉ-SILVA, 2005).

Na América do Sul, entre 2000 e 2009, o salário mínimo real cresceu, em média, 46,1% durante a última década, enquanto no Norte o crescimento foi de 28,1%. Em alguns países do Sul, o aumento real do salário mínimo no período foi expressivo. Por exemplo, na Argentina cresceu, em termos reais, 192%, e no Brasil 72,7%, o que corroborou para o estreitamento salarial nesses países. O crescimento da remuneração média real, nos anos 2000, acompanhou o crescimento diferenciado entre as duas regiões, menor no Norte (11,2%) e maior no Sul (13,1%). Uruguai e Venezuela, no entanto, se destacaram pelo pior desempenho econômico e pela redução da remuneração média real no período em -0,4% e -21,9%, respectivamente.

O comportamento do mercado de trabalho da região foi o principal fator para a diminuição do grau de desigualdade da distribuição de renda familiar, devendo-se salientar, em especial, o aumento do emprego formal e o estreitamento das diferenças salariais.

#### 4 O PADRÃO DE CONCENTRAÇÃO DE RENDA NA AMÉRICA LATINA

Os países da América Latina, depois de sua independência, mantiveram os alicerces da concentração política e econômica que, desde a colônia, caracterizara suas sociedades. Historicamente, a elevada concentração fundiária, insuficiência de capital dinheiro e humano, e escassez de força de trabalho travaram a expansão do capitalismo na região. Esse ambiente se traduzira na incipiência do desenvolvimento de forças produtivas, no desconhecimento de instituições políticas e econômicas que permitissem mobilidade e inclusão social, e na manutenção de relações de dependência com os países centrais. Regras de mercado foram formuladas e praticadas de maneira incompleta ou estiveram circunscritas a determinados setores econômicos, em geral exportadores de *commodities* e/ou de suporte à sua produção e à exportação.

A literatura especializada indica, entre os principais determinantes da distribuição de renda do trabalho, a relação positiva com a distribuição de capital humano, a distribuição da estrutura produtiva e o poder sindical. Um conjunto de abordagens complementares racionaliza a ação de distintos mecanismos que levam à reprodução da desigualdade em sociedades muito desiguais (BOWLES; GINTIS, 2002; ACEMOGLU, 2002; HERTZ, 2005). Em tais ambientes sociais, a elite econômica e política cria arranjos institucionais que a favorecem e que, muitas vezes, restringem a mobilidade dos grupos mais pobres, por exemplo, a tomada de decisões que diminui investimentos dirigidos para o aumento de oportunidades da maioria da população. Outra explicação reporta-se ao fato de que a elevada desigualdade da distribuição da riqueza tende a magnificar as perdas de eficiência ocasionadas pelas imperfeições de mercado. Por exemplo, economias onde o coeficiente entre qualificados e não qualificados é baixo tendem a reproduzir inserções econômicas de baixa produtividade e baixos salários. Ou, nas sociedades onde a oferta de crédito para os mais pobres é restrita, estes tendem a investir menos, fato que pode realimentar o ciclo da pobreza. Situações como essas concentram riqueza e conduzem a distorções na alocação de recursos.

Um elevado grau de desigualdade compromete o desempenho da economia e restringe a mobilidade social, e tende a reproduzir o padrão de desigualdade inicial. Por exemplo, o filho de famílias situadas nos estratos superiores da escala de renda tem maior probabilidade de acumular mais capital humano – melhor nutrição, cuidados com saúde, estímulos psicomotores, educação e toda sorte de conhecimentos –, assim como tem maior probabilidade de compor laços de sociabilidade de maior suporte para o resto da vida. O resultado desse quadro é que o filho de famílias mais pobres tem elevada probabilidade de ganhar menos ao longo de seu ciclo de vida e tenderá a reproduzir o padrão inicial de desigualdade.

Um argumento que interage com os anteriores é que os mais pobres continuarão a ter menor peso político para alterar ou criar mecanismos institucionais que lhes permitam reverter os gravames para uma maior acumulação de riqueza. Dessa forma, um padrão de distribuição de riqueza muito desigual tende a restringir o crescimento e desenvolvimento de longo prazo (ANAND; KANBUR, 1993; GOLDBERG; PAVCNIK, 2007; PEROTTI, 1996).

## 5 POLÍTICAS SOCIAIS E CRESCIMENTO ECONÔMICO COM MENOR GRAU DE CONCENTRAÇÃO DA RENDA PESSOAL E FAMILIAR

Os governos sul-americanos, para alcançar a meta de crescimento econômico com distribuição de renda, concentraram múltiplas ações em dois eixos. O primeiro consistia na execução de uma política econômica que utilizasse as divisas procedentes da exportação para o alargamento do mercado interno e o aumento do nível de reservas internacionais. A concretização desse último objetivo proporcionou maior resistência frente às pressões ou aos choques externos, e representou menor risco para a efetivação de investimentos. Estes, por sua vez, foram incentivados por meio do aumento da oferta de crédito doméstico e pela realização de diversos tipos de arranjos institucionais público-privados, muitas vezes com capital estrangeiro, como no caso da Argentina, Brasil e Chile, por exemplo. Esse quadro favoreceu a inclusão de substancial contingente da população no mercado formal de trabalho, ou seja, na situação de empregado contratado de acordo com a legislação trabalhista e previdenciária vigente em cada país.

O segundo eixo de intervenção pública reportou-se à realização de múltiplas ações de caráter redistributivo, simultâneas, interativas e complementares, como, por exemplo, maior oferta educacional em todos os níveis, público e privado; ações afirmativas para estratos da população em situação de desvantagem em termos de representação no sistema educacional, formação profissional, acesso ao mercado de trabalho, acesso à habitação, entre outras; ampliação da inserção bancária e maior crédito para os estratos sociais de menor renda, pessoal e produtivo; renovação de programas de apoio à micro e pequena empresa incluindo o alargamento do crédito; maior abrangência das políticas laborais ativas e passivas de mercado de trabalho; execução consistente e contínua da política ativa de salário mínimo;

estabelecimento de incentivos, aumento da inspeção pública e de ações judiciais para a formalização do emprego; formulação de legislação e criação de incentivos para coibir práticas discriminatórias; extensão da cobertura do sistema de seguridade social para não contribuintes; e expansão da proteção social aos mais pobres e/ou vulneráveis da sociedade, entre as mais importantes ações comuns aos distintos países (GASPARINI; CRUCES, 2010; JARAMILLO; SAAVEDRA, 2010).

A manutenção por mais de dez anos de intervenções públicas dessa natureza, direção e sentido estabeleceu um padrão de crescimento com distribuição de renda pessoal e familiar – padrão antagônico ao do período anterior de crescimento de longa duração com base no modelo de substituição de importações, que, na maioria dos países da região, não destacou políticas de elevação de capital humano, nem de maior acesso ao crédito para micro e pequenas empresas e atividades informais, tampouco programas assistenciais em larga escala. Causas que não esgotaram, mas corroboraram o aumento da concentração de renda naquele período.

Assim, em resumo, nos anos 2000 múltiplas intervenções públicas conjugadas a uma economia de mercado mais dinâmica, à maior liberalização comercial, à maior oferta educacional e ao suporte aos estratos inferiores da distribuição de renda contribuíram para a geração de empregos formais com o estreitamento dos diferenciais de salário maior entre qualificados e menos qualificados, homens e mulheres, grupos étnicos ou pretos, pardos e brancos. Esse estreitamento constitui um dos principais determinantes para a redução do índice de desigualdade da distribuição de renda das famílias, do Gini, por exemplo.

Os países da América Latina do Norte apresentaram, nos anos 2000, resultados inferiores aos sul-americanos, com relação à redução do coeficiente de distribuição de renda. No México, por exemplo, naquela década, embora se praticassem várias das medidas redistributivas mencionadas, sobretudo aquelas de cunho assistencial, não houve redução tão pronunciada no grau de desigualdade da distribuição da renda quanto nos países da América do Sul (tabela 2). O melhor desempenho nesse campo naquele país ocorrera entre os anos de 1984 e 1994 (ESQUIVEL, 2010, p.38). As diferenças entre os modelos de desenvolvimento do Norte e do Sul da América Latina contribuem para a explicação dos resultados da diminuição do grau de desigualdade de renda.

TABELA 2 – ÍNDICE DE GINI (POR VOLTA DE)

PAÍSES	1990	1995	1998	2000	2005	2009
Argentina	<sup>(1)</sup> 45,35	<sup>(2)</sup> 48,58	49,84	52,5	50,0	45,8
Brasil	60,59	59,24	59,23	58,7	56,4	53,9
Chile	55,52	<sup>(3)</sup> 55,19	55,74	55,4	52,0	52,3
México	<sup>(4)</sup> 50,31	53,73	53,72	53,1	50,1	51,7

FONTES: Banco Mundial, CEPAL, OIT

NOTA: Elaboração dos autores.

(1) 1992

(2) 1996

(3) 1994

(4) 1992

O governo mexicano, conforme se mencionou, diferentemente dos governos do Sul, desenvolveu modelo secundário exportador de baixos salários, destinado, sobretudo, ao mercado de consumo estadunidense do qual criou forte dependência. A intervenção redistributiva do Estado foi menos abrangente, o desenvolvimento do mercado interno foi pouco enfatizado, assim como pouco se fez no campo da política laboral e na redução de assimetrias no mercado de crédito. A legislação laboral foi desgastada, ampliando o espaço para a informalidade. O salário mínimo não foi alvo de política ativa, e o seu valor real regrediu 30,2 pontos percentuais, entre 1990 e 2009.

O comportamento instável e, em alguns anos, recessivo, desde o início dos anos 2000, da economia estadunidense deprimiu a economia mexicana, aumentou o fluxo de imigração mexicana para os Estados Unidos, o que fez das remessas dos emigrantes uma das causas do aumento do grau de desigualdade, guardadas as controvérsias sobre o tema.<sup>13</sup> O baixo crescimento do emprego, por outro lado, ainda veio acompanhado do aumento da ocupação do setor informal e da regressão ou estagnação dos salários reais. Informações procedentes da OIT indicam que o setor informal mexicano cresceu 5 pontos percentuais entre 2000 e 2009; e a remuneração média real da indústria manufatureira cresceu 16% ao longo dessa última década (OIT, 2001-2010).

Um aspecto adicional é que, da mesma maneira que na América do Sul, houve estreitamento dos diferenciais de salários – entre homens e mulheres, e entre qualificados e menos qualificados –, mas, diferentemente daquela região, a diminuição do diferencial deve ser atribuída, além da maior oferta de qualificados e da liberalização comercial, ao baixo dinamismo da economia e à falta de oportunidades do mercado de trabalho, a qual provocou, além da emigração, expressivos índices de inatividade, sobretudo entre as mulheres (CACCIAMALI; TATEI, 2013, p.26).

A região como um todo reduziu os índices de pobreza e de indigência, principalmente em virtude da realização bem-sucedida de programas de transferência de renda com condicionalidade para os mais pobres.<sup>14</sup> A região Sul mostrou saldo mais elevado nesse propósito.<sup>15</sup> A Argentina apontou o resultado mais elevado,

<sup>13</sup> A literatura especializada sobre esse tema não apresenta resultados conclusivos a respeito do efeito das remessas sobre a distribuição de renda. Citamos, a seguir, alguns artigos que trazem resenhas, assim como produzem resultados próprios. ALFARO, Renato Salas; MORALES, Mario Pérez. Determinantes macroeconómicos de las remesas y sus efectos en la distribución del ingreso en México. **Economía y Sociedad**, México: UMich, v.11, n.18, jul./dez. 2006; Washington, DC: Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento, 2007; FAJNZYLBER, Pablo; LÓPEZ, Humberto J. **El impacto de las remesas en el desarrollo de América Latina**. ALFARO, Renato Salas. El efecto de las remesas internacionales sobre la distribución del ingreso en una comunidad zapoteca de reciente migración internacional. **Análisis Económico**. México: UAM, v.22, n.51, p.253-272, 2007; e VILLARAEAL, Cuauthemoc Calderón. La inversión extranjera directa y las remesas en México. **Cultura Científica y Tecnológica**. México: UACJ, v.8, n.42, p.32-45, 2011.

<sup>14</sup> Citem-se, entre outros, *Progresas - Oportunidades*, no México; *Bolsa Família*, no Brasil; *Jefes e Jefas de familia*, na Argentina; *Chile Solidário*, no Chile e *Solidariedad*, na República Dominicana.

<sup>15</sup> A metodologia utilizada pela CEPAL (2001-2010) para definir linha de pobreza é baseada em estimativas, que levam em consideração o fator geográfico, ou seja, o custo de uma cesta de bens e serviços local que

reduzindo em 51,2 pontos percentuais a taxa de pobreza e indigência: de 66,3% do total da população, situação originária da crise do início dos 2000, para 15,1% em 2009. Os demais países também mostraram reduções expressivas no período: o Brasil reduziu a taxa de 50,7% para 31,9%; e o Chile de 25,8% para 15,1%. O México, mesmo sob os efeitos da crise, diminuiu a taxa de população em situação de pobreza ou indigência de 52% para 46% (tabela 3). Destaca-se que o Brasil, relativamente aos demais países, ampliou os programas da seguridade social para grupos não contributivos, como aposentadorias rurais, pensões para idosos pobres, e auxílios para pessoas com deficiência; ampliou o acesso e melhorou os serviços do sistema público de saúde, de cunho universal e gratuito; e criou mecanismos de gratuidade para maior acesso ao ensino técnico e superior.

TABELA 3 - PERCENTUAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA E INDIGÊNCIA

PAÍS	EM TORNO DE 2002		EM TORNO DE 2008		EM TORNO DE 2009	
	Pobreza	Indigência	Pobreza	Indigência	Pobreza	Indigência
Norte						
Costa Rica	20,3	8,2	16,4	5,5	18,9	6,9
México	39,4	12,6	31,7	8,7	34,8	11,2
República Dominicana	47,1	20,7	44,3	22,6	41,1	21,0
Sul						
Argentina	45,4	20,9	21,0	7,2	11,3	3,8
Brasil	37,5	13,2	25,8	7,3	24,9	7,0
Chile	20,2	5,6	13,7	3,2	11,5	3,6
Colômbia	54,2	19,9	46,1	17,9	45,7	16,5
Uruguai	15,4	2,5	14,0	3,5	10,7	2,0

FONTES: CEPAL, OIT

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os distintos modelos de inserção na divisão internacional do trabalho das regiões Norte e Sul da América Latina e a abrangência das intervenções públicas nos anos 2000 promoveram, na primeira, relativamente à segunda, indicadores de desempenho, composição do emprego e de remuneração mais consistentes sob a ótica redistributiva e de bem-estar da maioria da população. O rol de ações públicas redistributivas aplicado à região latino-americana, desde meados dos anos 1990, encontra-se em consonância tanto com experiências históricas quanto com racionalizações teóricas. O padrão de crescimento com redistribuição de renda em construção, especialmente, na América do Sul – Argentina, Brasil e Uruguai, por exemplo – é aderente às bem-sucedidas políticas da socialdemocracia europeia, generalizadas, sobretudo depois da segunda grande guerra do século passado, e que

---

permita à pessoa satisfazer suas necessidades básicas. É considerado pobre o indivíduo que apresenta renda *per capita* inferior ao valor necessário para adquirir tal cesta. É considerado indigente o indivíduo que possui renda *per capita* inferior ao custo da cesta, levando em conta, agora, que esta possui apenas alimentos básicos (OIT, 2001-2010).

contribuiu para a constituição de sociedades democráticas e mais igualitárias. Nesse campo, o Brasil destacou-se pela redução do índice Gini em 4,8 pontos percentuais e pela diminuição da taxa de pobreza e indigência em 18,8 pontos percentuais.

Somam-se a isso os resultados superiores mostrados pelo Sul, relativamente ao Norte, no que diz respeito à resposta econômica depois da crise desencadeada a partir de setembro de 2008. A região Norte seguiu a tendência declinante e negativa da economia dos Estados Unidos, além do contágio de seu próprio sistema bancário.

Os governos da América do Sul responderam com a execução de políticas econômicas anticíclicas, e, apesar do impacto inicial recessivo, a economia da região mostrou que dispunha de condições para continuar crescendo na década de 2010, embora a taxas menores. Todos os governos da região aumentaram a liquidez e propiciaram crédito para bancos e empresas, além de programarem medidas como diminuição de impostos para ativar determinados setores da economia, e programas de incentivo ao consumo. A diversificação da estrutura econômica e o dinamismo da demanda interna – devido ao aumento do consumo, inclusive pela incorporação de famílias pobres aos estratos sociais médios baixos, e à recuperação das exportações – conseguiram diminuir o choque internacional. A crise de 2008 apontou que a economia da América do Sul mostrara-se menos dependente dos fluxos externos e menos condicionada à conjuntura internacional.

Brasil, Chile e Colômbia conduzirão, segundo analistas internacionais, o crescimento do Sul. Entretanto, há desafios internos e externos que deverão ser superados, principalmente no caso do Brasil, haja vista sua condição de líder regional. Não são poucos os desafios para a continuidade do processo de crescimento da América Latina, nem a concretização das possíveis soluções é trivial.

Sob a perspectiva regional, há déficit de investimento em múltiplas infraestruturas intra e interpaíses, o que restringe tanto a integração econômica quanto o fortalecimento do espaço econômico e político regional. São requeridos avanços na criação de vantagens competitivas nos ramos da energia, minérios e agroindústria, motores do setor exportador, como também há a necessidade de medidas políticas e econômicas para promover investimentos de alta tecnologia em produtos/serviços para o mercado externo a fim de elevar o valor adicionado do setor exportador.

No campo social, pelo menos duas restrições devem ser superadas para elevar a produtividade: qualidade da educação e formação técnica. Ambas provocam escassez de mão de obra qualificada nos países da região que, tradicionalmente, investiram menos em capital humano, como Brasil, Bolívia, Equador e Paraguai, por exemplo. O sistema público de saúde é incipiente e excludente em todos os países da região, à exceção do Brasil, e grande parte dos trabalhadores tem acesso limitado ao sistema privado de saúde, seja pelo nível de renda, seja pela relação informal de emprego.

É o aumento da produtividade, impulsionada por políticas públicas focadas nessa direção, que poderá sustentar o crescimento econômico, a geração de empregos, a expansão do mercado interno e o aumento dos salários. Essas medidas, ademais, potencializarão os ganhos advindos de uma posição mais favorável na economia mundial.

Um cenário internacional mais bem equacionado, frente às consequências da crise financeira internacional, se constituirá no outro pilar para a manutenção do crescimento, gerando divisas, contribuindo na manutenção da estabilidade econômica e diminuindo a vulnerabilidade externa.

Por outro lado, para manter o processo distributivo de renda sublinha-se a necessidade de manter articulados os programas redistributivos de renda e de combate à pobreza. A dinâmica capitalista é concentradora e requer demandas sociais organizadas, que se traduzam em políticas públicas para conter, ou, pelo menos, diminuir a elevação da desigualdade. Neste campo, a manutenção das políticas de acesso ao crédito para empresas de menor porte e negócios informais, políticas ativas e passivas de mercado de trabalho, como a política ativa de salário mínimo, qualificação, intermediação, e seguro-desemprego, programas de transferência de renda para os mais pobres, são contrapeso para as forças concentradoras.

Por fim, vale notar a necessidade de promover maior diversificação de parceiros econômicos e comerciais para evitar o aprofundamento da dependência das economias da região Sul com a China e das economias da região Norte com os Estados Unidos. A crescente dependência da América do Sul em relação ao gigante asiático pode implicar maior desindustrialização da região, com graves implicações no médio e longo prazo para o crescimento sistêmico da produtividade. E a manutenção do modelo secundário exportador de baixos salários mantido pelo México e Centro-América poderá restringir a execução de medidas redistributivas mais profundas, como a política ativa de salário mínimo, ou de diminuição das desigualdades regionais ou setoriais, por exemplo. As consequências são bem conhecidas: aumento das desigualdades e restrição aos níveis de bem-estar.

Para além de todos os pontos mencionados, não se pode deixar de citar que a política econômica dos anos 2000 foi gerida, na maioria dos países da região, por grupos políticos que ocuparam espaço por meio de agendas comprometidas com demandas populares. O cumprimento dessas propostas e, muitas vezes, até a dramaticidade da questão social na região tornam as lideranças suscetíveis à realização de gastos não compatíveis com a realidade orçamentária. Nunca é demais repetir que a alocação dos recursos deve ser gerida mantendo parâmetros de responsabilidade fiscal. Medidas populistas, hoje, comprometerão a sustentabilidade do desenvolvimento no longo prazo. Um filme visto anteriormente pelos latino-americanos, fracasso comprovado por teorias e na prática.

## REFERÊNCIAS

- ACEMOGLU, Daron. Technical change, inequality, and the labor market. **Journal of Economic Literature**, Califórnia: AEA, v.40, n.1, p.7-72, mar. 2002.
- ANAND, Sudhir; KANBUR, S.M.R. The Kuznets process and the inequality development relationship. **Journal of Development Economics**, Amsterdam: Elsevier, v.40, n.1, p.25-52, fev. 1993.

BOWLES, Samuel; GINTIS, Herbert. The inheritance of inequality. **Journal of Economic Perspectives**, Califórnia: AEA, v.16, n.3, p.3-30, 2002.

CACCIAMALI, Maria Cristina. O papel do setor privado no estímulo à geração de emprego e capacitação de mão-de-obra. In: **EMPREGO, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente**. Brasília: CEPAL: PNUD:OIT, 2008. p.94.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Brasil: un caso reciente de crecimiento económico con distribución de renta. **Revista de Estudios Empresariales**. Segunda época, Espanha: UJAEN, v.1, n.1, p.46-64, 2011.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Padrão de acumulação e processo de informalidade na América Latina contemporânea: Brasil e México. **Pesquisa e Debate**, São Paulo: PUC-SP, v.12, n.1, p.5-43, jun. 2001.

CACCIAMALI, Maria Cristina; BOBIK, Márcio; CELLI JUNIOR, Umberto. Em busca de uma nova inserção da América Latina na economia global. **Estudos Avançados**, São Paulo: USP, v.26, n.75, ago. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340142012000200007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142012000200007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 21 jan. 2013.

CACCIAMALI, Maria Cristina; JOSÉ-SILVA, Maria de Fátima. Empleo y Seguridad Social: otra década perdida en el mercado de trabajo de América Latina. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, Venezuela: UCV, v.11, n.3, p.115-125, set./dez. 2005.

CACCIAMALI, Maria Cristina; CAMPOS, André Gambier; CURY, Eduardo Luiz. The political economy of Latin America.1980-2010. **Nespi Discussion Paper**, São Paulo: Nespi-USP/CNPq, 03/2012.

CACCIAMALI, Maria Cristina; CURY, Eduardo Luiz. Differences in the Latin America's models of growth. **Nespi Discussion Paper**, São Paulo: Nespi-USP/CNPq, 04/2012.

CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fábio. Gender and salaries of qualified workforce in Brazil and Mexico. **Problemas del Desarrollo**, México: UNAM, v.44, p.53-79, 2013.

CEPAL. **Anuário estadístico de América Latina y Caribe**, Santiago: 2001-2010. Disponível em: <[http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/deype/agrupadores\\_xml/aes250.xml](http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/deype/agrupadores_xml/aes250.xml)>. Acesso em: 10 dez. 2012.

CUNHA, André; LÉLIS, Marcos T.; BICHARA, Julimar S. China's response to the great recession and its impact on Latin America with special reference to Brazil, 2012. Mimeo.

ESQUIVEL, Gerardo. The dynamics of income inequality in Mexico since NAFTA. In: LÓPEZ-CALVA, Luis Felipe; LUSTIG; Nora (ed.). **Declining inequality in Latin America: a decade of progress?** Baltimore: Brookings Institution Press, 2010, p.175-217.

GASPARINI, Leonardo; CRUCES, Guillermo. A distribution in motion: the case of Argentina. A review of the empirical evidence. In: LÓPEZ-CALVA, Luis Felipe; LUSTIG; Nora (ed.). **Declining inequality in Latin America: a decade of progress?** Baltimore: Brookings Institution Press, 2010, p.100-133.

GOLDBERG, Pinelopi Koujianou; PAVCNIK, Nina. Distributional effects of globalization in developing countries. **Journal of Economic Literature**, Califórnia: AEA, v.45, n.1, p.39-82, 2007.

HERTZ, Thomas. Rags, riches and race: the intergenerational economic mobility of black and white families in the United States. In: BOWLES, Samuel; GINTIS, Herbert; OSBORNE, Melissa (ed.). **Unequal chances: family background and economic success**. New Jersey: Princeton University Press, 2005. p.165-191.

JARAMILLO, Miguel; SAAVEDRA, Jaime. Inequality in post-structural reform Peru: the role of market and policy forces. In: LÓPEZ-CALVA, Luis Felipe; LUSTIG; Nora (ed.). **Declining inequality in Latin America: a decade of progress?** Baltimore: Brookings Institution Press, 2010, p.218-244.

LU, Ming; GAO, Hong. Transición del mercado laboral, desigualdad de ingresos y crecimiento económico de China. **Revista Internacional del Trabajo**, Ginebra: ILO, v.130, n.1-2, p.111-138, jul./ago. 2011. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1564-9148.2011.00107.x/pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

MORENO-BRID, Juan. Carlos; SANTAMARÍA, Jesus; RIVAS VALDIVIA, Juan Carlos. Industrialization and Economic Growth in Mexico after NAFTA: The Road Travelled. **Development and Change**, v.36 p.1095-1119, dez 2005. Disponível em: < [http://www.networkideas.org/featart/jan2006/NAFTA\\_Juan\\_Carlos.pdf](http://www.networkideas.org/featart/jan2006/NAFTA_Juan_Carlos.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2012. doi: 10.1111/j.0012-155X.2005.00451.x

OIT. **Panorama Laboral**. Peru: OIT, 2001-2010.

PEROTTI, Roberto. Growth, income distribution, and democracy: what the data say. **Journal of Economic Growth**, Nova York: Columbia University, v.1, n.2, p.149-187, 1996.